

C A P E S
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III GUARABIRA-PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE PEDAGOGIA-PARFOR/CAPES/UEPB**

ANA PAULA SILVA DE SOUZA

**CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE NO
DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**GUARABIRA/ PB
2019**

ANA PAULA SILVA DE SOUZA

**CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE NO
DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC – Relatório), apresentado como Conclusão do Curso de Pedagogia (**PARFOR / CAPES / UEPB**), da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Campus III – Polo Guarabira – PB, sob a orientação da Prof.^a Me. Márcia Gomes dos Santos Silva.

**GUARABIRA/ PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S356c Souza, Ana Paula Silva de.
Contribuições do atendimento educacional especializado-
AEE no desenvolvimento dos alunos com deficiência no ensino
regular [manuscrito] : desafios e perspectivas / Ana Paula Silva
de Souza. - 2019.
27 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual da
Paraíba, EAD - Guarabira , 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Márcia Gomes dos Santos Silva ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Atendimento Educacional Especializado. 2. Inclusão. 3.
Professor do AEE. 4. Ensino Regular. I. Título
21. ed. CDD 371.92

ANA PAULA SILVA DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE NO
DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC – Relatório), apresentado como Conclusão do Curso de Pedagogia (PARFOR / CAPES / UEPB), da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Campus III – Polo Guarabira – PB, sob a orientação da Prof.^a Me. Márcia Gomes dos Santos Silva.

Aprovada em: 22/05/2019.

BANCA EXAMINADORA

Márcia Gomes dos Santos Silva
Prof. Me. Márcia Gomes dos Santos Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Prof. Me. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aline de Fátima da S. Araújo
Prof. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE NO DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

CONTRIBUTIONS OF SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE-AEE IN THE DEVELOPMENT OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN REGULAR EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Autora: Ana Paula Silva de Souza, 2019*
Autora: Ms. Márcia Gomes dos Santos Silva **

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar as Contribuições do Atendimento Educacional Especializado-AEE no desenvolvimento dos alunos com deficiência no Ensino Regular, desafios e perspectivas. Este trabalho está embasado com as leis e decretos que regem o AEE em nosso país e em autores que estudam o tema, tais como Gomes (2007), Ramos (2012), Santos (2003), Sartoretto (2010), Mantoan (2003), Figueira (2011) Correia (1999) dentre outros. O método utilizado foi o de pesquisa qualitativa de observação e vivência no espaço escolar em que abordou a prática embasada nas teorias. A escolha recorreu devido a observação de fatores essenciais desde os desafios enfrentados as perspectivas que se tem. O resultado do trabalho se concentra em reafirmar a seguridade dos documentos oficiais onde se propõem a importância de fazer adequações aos métodos de ensino de maneira a eliminar barreiras que possivelmente estejam atrapalhando o desempenho escolar dos alunos com deficiência como também apresentar o trabalho realizado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado por meio de anamneses, planejamento, produção de materiais, adequação de atividades e estratégias diversificadas.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Inclusão. Professor do AEE. Ensino Regular.

ABSTRACT

This article aims to present the contributions of Specialized Educational Assistance (AEE) in the development of students with disabilities in regular education: challenges, and perspectives. This work is based on the laws and decrees that govern ESA in our country and on authors who study the theme, such as Gomes (2007), Ramos (2012), Santos (1999), Sartoretto (2010), Mantoan (2003), Figueira (2011) Correia (1999) among others. The method used was the qualitative research of observation and experience in the school space in which it approached the practice and based on theories, the choice resorted due to the absence of essential factors from the challenges faced by the perspectives that one has. The result of the work focuses on

* Graduanda em pedagogia. anypaulili@gmail.com

reaffirming the safety of the official documents where they propose the importance of acquiring the teaching methods in a way that eliminates barriers that are possibly disrupting the scholastic performance of students with disabilities as well as presents the work accomplished by the teacher of Attendance Educational Specialized through anamneses, planning, production of materials, adaptation of activities and diversified strategies.

Keywords: Specialized Educational Assistance. Inclusion. Professor of AEE. Regular Teaching.

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	LEGISLAÇÕES QUE ASSEGURAM E NORTEIAM A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	8
3	SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E SUA IMPLANTAÇÃO	10
4	DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROFESSOR DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL	12
4.1	Um olhar para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)	14
5	METODOLOGIA.....	18
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
6.1	Recursos lúdicos utilizado no Atendimento Educacional Especializado	21
7	CONCLUSÃO.....	24
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O tema inclusão é bastante abordado e debatido nos mais variados meios principalmente em eventos educacionais seja na esfera Municipal, Estadual ou Federal, especialmente no ambiente escolar, por se tratar de um tema importante e ao mesmo tempo complexo o que afligi diariamente os professores da sala regular. Por meio disso os debates têm ganhado cada vez mais proporções de estudos, busca de estratégias que de fato possa contribuir de forma relevante para a compreensão e o conhecimento dos profissionais do ensino de tal modo que os alunos com deficiência tenha o direito a um ensino com currículo e atividades adaptadas a suas peculiaridades em condições de igualdade para seu pleno desenvolvimento intelectual, físico, psíquico e social que de tal forma continuem aprendendo das mais diversas maneiras.

Este artigo tem como finalidade discorrer acerca das dificuldades e desafios enfrentados pelo professor do Atendimento Educacional Especializado-AEE na realização de suas atividades cotidianas um exemplo dessas dificuldades é o contato como os professores do ensino regular, especialmente dos encaminhados de escolas adjacente, mais também apontar os benefícios que o trabalho realizado propõe aos educandos com deficiência no seu desenvolvimento acadêmico e social.

Para fundamentar teoricamente foram citados autores que prismam pelo processo educacional e se reportam de maneira clara e coerente com o que se vivencia no ambiente escolar e o que ainda é preciso refletir para melhorar o processo de ensino nas instituições públicas, seja ela Municipal, Estadual ou até mesmo Federal. Autores como Gomes (2007), Ramos (2012), Santos (2003), Sartoretto (2010), Mantoan (2003), Figueira (2011), Correia (1999) e Paulo Freire (1987) foram autores citados dentro desse contexto da Educação Especial voltado para o Atendimento Educacional Especializado e sua oferta na Sala de Recurso Multifuncional, assim como os documentos oficiais. O trabalho constitui-se em descrever inicialmente as legislações que asseguram a pessoa com deficiência o direito à vida, a educação e ao convívio em sociedade, mais o foco primordial do trabalho em discussão é referente ao processo de ensino e aprendizagem ofertado no AEE e as contribuições que o mesmo apresenta no desenvolvimento cognitivo e também social no ensino comum. O texto decorre apontando desafios que os professores dos dois serviços sofrem, mais também perspectivas de melhoras que no

decorrer dos anos vem acontecendo, a passos lentos mais que já faz uma diferença enorme no contexto educacional e para vida da pessoa com deficiência.

No desenvolver se descrever o que de fato é a de Sala de Recurso Multifuncional que hoje comumente é mais conhecido com Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua implantação como ocorreu, decretos que assegura esta “novidade” no cenário educacional, que ano aconteceu e o que se realiza durante a aula/atendimento. Nós pontuamos alguns desafios pelo quais o professor do AEE vivencia constantemente que vai desde barreiras arquitetônica há barreiras físicas que se direciona a falta de contato com o professor do ensino comum, onde de fato ambos necessitam trabalhar de forma integrada de modo realizar conjuntamente meios de sanar dificuldades essenciais. Toda via em meio a tais barreiras existenciais é inegável que o aluno que frequenta o AEE tem um desempenho significativo no seu processo de formação e aprendizagem, eu enquanto professora atuante no AEE, vejo quão é nítido e válido o desenvolver de atividades pensadas e voltadas para superar dificuldades apresentadas em sua vida escolar mais também social.

2 LEGISLAÇÕES QUE ASSEGURAM E NORTEIAM A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A inclusão dos alunos com deficiência na escola está assegurada na Lei de Diretrizes Bases da Educação nº 9394/96 como alternativa, preferencialmente na rede pública regular de ensino. No artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar (BRASIL, 1996). Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que,

em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular” (BRASIL, 1996, p.1).

Propormos neste espaço apresentar os principais marcos legais da Educação Especial conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Marcos legais da Educação Especial

ANO	ACONTECIMENTO
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos
1988	Constituição Federal
1990	Conferência Mundial sobre Educação para Todos- JOMTIEN
1990	ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente
1994	Declaração de Salamanca
1996	LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
1999	Convenção de Guatemala
2001	Resolução no 2. Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica
2002	Lei nº10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais
2002	Portaria nº2.678/02 difusão do Sistema Braille
2003	Criação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
2005	Implantação dos NAAH/S (Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação)
2006	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU
2007	PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional); AEE (Atendimento Educacional Especializado); SRM (Sala de Recursos Multifuncionais); BPC (Benefício de Prestação Continuada)
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
2008	Decreto nº 6.571 dispõe sobre o AEE
2010	Resolução nº4 Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica
2011	Decreto nº 7.611 de 17/11/2011, dispõe sobre o AEE
2011	Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência- Viver sem limite
2011	Secretaria de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI), antiga SEESP
2012	Lei nº 12.764 (Lei Berenice Piana)
2014	Plano Nacional da Educação Meta-04
2014	Decreto nº 8368 que regulamenta a Lei Berenice Piana
2015	LBI- Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 06 junho de 2015

Fonte: Ana Paula Silva de Souza, 2019

Observou-se que nas últimas décadas, muitos avanços na efetivação da inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular em todo o território nacional e também em nosso município de Sapé vem acontecendo. Existe o serviço do AEE em três escolas municipais as quais ofertam matrícula para o ensino fundamental I,II.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Alfredo Coutinho de Moraes recebe alunos com deficiência da própria instituição como também é polo de apoio para mais

7 escolas municipais que não dispõe deste serviço. É ofertado o acompanhamento especializado na Sala de Recurso multifuncional que dispõe de alguns materiais didático para a realização de atividades.

Apesar de ter ocorrido avanços no processo de Educação Especial, observa-se que ainda há necessidade de melhorias significativas em relação à adequação do espaço físico (adaptação com rampas e portas mais amplas, piso tátil, etc.), a adaptação de atividades pelo professor do ensino regular de maneira a promover e estimular a atuação do educando com deficiência na sala de aula, outro fator que também precisar ser melhorado é contato e parceria mais direta e assistida entre professor do AEE e o professor do Ensino Regular que na grande maioria não conseguem manter um conversa física por estarem *in loco* diferente, ou seja o ensino ofertado aos alunos se dar no contra turno então dificulta o contato entre ambos os professores, pois boa parte trabalham em outro local e assim não conseguem conciliar o horário.

Considerando que o professor das salas de recursos é aquele profissional que deve ter formação continuada para atender de forma mais específica às necessidades educacionais de cada um dos alunos, bem como identificar-se com os alunos que precisam desse acompanhamento. Isto é, este professor trabalha com os alunos as especificidades que o professor da ensino regular não consegue atender devido à natureza do trabalho coletivo em sala de aula e da diversidade do grupo de alunos. A sala de recurso é um serviço especializado fundamental para viabilizar a educação inclusiva, tendo em vista que é um apoio importante aos alunos, aos professores e às famílias traçando objetivos e estratégias para o educando superar impedimentos em seu cotidiano.

3 SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E SUA IMPLANTAÇÃO

A sala de recurso é um ambiente ofertado preferencialmente na rede regular de ensino para o intuito de trabalhar habilidades nos educandos com deficiência que possibilite seu desenvolvimento social e escolar usando recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliaram sem dúvida na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impeçam sua plena participação, com a autonomia e independência, no ambiente educacional e social. Os estudantes público alvo da educação especial deve estar matriculado nas classes comuns, em uma das etapas,

níveis ou modalidades da educação básica, sendo o AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. A Sala de Recurso Multifuncional tem papel fundamental na criação de estratégias que são necessárias a adaptação da pessoa com deficiência, respeitando sempre a individualidade de cada aluno e suas necessidades específicas.

O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência (BRASIL, 2007, p.22).

Ou seja, temos no Atendimento Educacional Especializado, mais precisamente, na Sala de Recurso Multifuncional, um ambiente que servi de preparo para que o aluno com deficiência desenvolva habilidades, e de tal maneira consiga acompanhar a rotina da classe regular, mas também que aprenda coisas e vivencie situações que façam sentido para seu próprio universo, possibilitando uma aprendizagem voltada ao individual e não generalista, atendendo ao currículo demandado aos demais alunos do regular.

Aos gestores dos sistemas de ensino cabe definir quanto à implantação das salas de recursos multifuncionais, o planejamento da oferta do AEE e a indicação das escolas a serem contempladas, conforme as demandas da rede, para isso devem atender os seguintes critérios do Programa: A secretaria de educação a qual se vincula a escola deve ter elaborado o Plano de Ações Articuladas (PAR), registrando as demandas do sistema de ensino com base no diagnóstico da realidade educacional; A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular, conforme registro no Censo Escolar MEC/INEP (escola comum); A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) público alvo da educação especial em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala Tipo I; E as escola de ensino regular que tem matrícula de aluno(s) cego(s) em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, recebem a implantação da sala de Tipo II; A escola deve ter disponibilidade de espaço físico para o funcionamento da sala e professor para atuação no AEE.

A Secretaria de Educação efetua a adesão, o cadastro e a indicação das escolas contempladas por meio do Programa no Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação – SIGETEC, No ato de solicitação das salas, as secretarias de educação assumem o compromisso com os objetivos do Programa e realizam no

SIGETEC os seguintes passos: adesão e cadastro do gestor do Município (Prefeito), Estado ou Distrito Federal (Secretário de Educação); Indicação das escolas conforme os critérios do Programa; Confirmação de espaço físico para a sala; Confirmação de professor para atuar no AEE. Após essa demanda os mesmos têm o dever de informar, monitorar, orientar, acompanhar o trabalho desenvolvido assim como apoiar a participação dos professores nos cursos de formação para o AEE.

4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROFESSOR DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

Os desafios enfrentados para que a inclusão ocorra e cumpra seu papel são diversos e de maneira sucinta pode-se dizer que a eliminação das barreiras físicas e arquitetônicas são sem dúvida algo que pendura desde seu processo de surgimento, a necessidade e oferta de formação sistemática para os professores, e também demais funcionários da instituição de ensino, que atendem o público alvo da educação especial mais também inclusiva, a falta de comprometimento de algumas famílias, isso tudo é algo que aflige os profissionais mais também a família dos educandos, as dificuldades de saber recepcionar e saber como iniciar um trabalho de maneira a abonar as barreiras e peculiaridades que as deficiências apresentam são sem dúvida algo que dificultam muito.

O diz que:

A escola regular de qualquer nível ou modalidade de ensino, ao viabilizar a inclusão de alunos com necessidades especiais, deverá promover a organização de classes comuns e de serviços de apoio pedagógico especializado. Extraordinariamente, poderá promover a organização de classes especiais, para atendimento em caráter transitório. (RIBEIRO; BAUMEL, 2003, p.165).

Pois bem, o ensino se faz essencial para todo e qualquer indivíduo, seja ele com ou sem deficiência e a escola é o ambiente indispensável para promover o acesso ao conhecimento, a adequação de atividades necessária para a realidade de seu aluno, hoje não se admitir mais que a escola na pessoa do professor haja de maneira aquém a toda mudança que estamos vivenciados referente a inclusão do deficiente.

Na Lei Brasileira de Inclusão no Capítulo IV trata especificamente da educação e deixa bem explícito o direito que a pessoa com deficiência tem ao acesso no sistema educacional como também a propostas de adequação de planos e atividades que

atenda as especificidades do educando sem que haja nenhuma forma de discriminação (BRASIL, 2015). Vejamos o que diz na LBI, cap. IV, art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p.1).

O professor da AEE sem sobra de dúvida lida com a barreira chamada falta de contato com o professor do ensino regular, um planejamento específico e direto com os professores que estão diariamente com o aluno, acompanhando todas as peculiaridades que o mesmo apresenta.

Essa limitação se dar por conta da vida sobrecarregada que o profissional enfrenta, é muito comum muitos educadores no contra turno estarem em escolas distintas e o momento de contato para uma troca de ideias e sugestões as vezes pode acontecer de maneira breve em planejamentos que ocorrem para abordagem e resoluções de temas diversos, ou seja a aproximação entre esses professores torna-se um dos maiores desafios que a modalidade do ensino passa, outro ponto a ser exposto é assiduidade de uma parcela considerada dos alunos com deficiência, pois muitos tem um roteiro de atividades intenso e também a questão de locomoção para chegar até a escola de oferta do AEE porque as escolas que tem esse serviço são em minoria, infelizmente.

Outro entrave encontrado é a defasagem de recursos e assistência por parte dos gestores na esfera Municipal assim como infelizmente não há de fato um olhar mais direto e com preocupação efetiva em solucionar em tempo hábil os problemas de acessibilidade arquitetônica, materiais didático pedagógico, atraso no iniciar das atividades da Sala de Recurso que só se inicia após aproximadamente um mês depois do início das aulas do ensino regular.

Há ainda muito o que enfrentar para que essa modalidade do ensino torne-se algo muito além do que hoje é, falta por parte de algumas famílias o comprometimento de levarem ao atendimento de forma assídua sem interrupções no desenvolver das atividades realizadas pelo professor no AEE, a indignação ainda é recorrente por que ainda nos deparamos com a falta de empatia e interesse de alguns profissionais que tira de sim a responsabilidade acerca do aluno com deficiência e transfere para o outro causando desmotivação, e desinteresse dos educando e de seus pais, com isso o

profissional do AEE tenta combater e lança sempre ideias de positivismo mostrando os avanços atingidos que cada um é capaz, assim como dicas de que necessita fazer para continuar com o desempenho.

Conforme Santos (2003, p56.), diz que: “Temos o direito à igualdade, quando a diferencia nos inferioriza e direito a diferencia, quando a igualdade nos descaracteriza!”

É, o processo inclusivo enfrenta este e outros desafios constantemente, pois muitos acreditam que o ensino escolar se dar apenas individualizado, sem nenhuma precaução com o diferente e que a responsabilidade é apenas de um professor, aquele em especial que atua no AEE e não se tocar da necessidade que se tem em criar parcerias como pais, professores e profissionais que atende o aluno.

4.1 Um olhar para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado-AEE é uma modalidade de ensino que veio para ajudar no desenvolvimento escolar e social dos alunos deficientes que estão no processo de ensino aprendizagem nas escolas públicas Municipais/ Estaduais assegurados em todas as etapas e modalidades da educação básica, o mesmo é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e o atendimento deve ser realizado no turno inverso ao da classe regular, na própria escola ou em outra que tenha estrutura e a oferta, assim como em centro especializado que realize esse serviço educacional.

Em Sapé existem apenas três instituições de ensino que dispõem da oferta do AEE, onde as demais unidades se subdividir de acordo com a proximidade que melhor for para os pais levarem seus filhos, atendemos alunos com Deficiência Intelectual (maior demanda), Auditiva, Física e TEA (Transtorno do Espectro Autista) que está de acordo com As Diretrizes Operacional da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica onde considera-se público-alvo do AEE: a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na

comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O AEE é de suma importância porque trabalha as reais necessidades do aluno, de acordo com seu ritmo de aprendizagem e suas peculiaridades individuais, de maneira que os alunos possa desenvolver sua autonomia, desprendimento, aprendizagem, facilitando também a aquisição de seus valores, além de favorecer a compreensão de conhecimentos relacionados à aplicação de situações de vida cotidiana, contribuindo assim para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno proporcionando a aquisição de habilidades inter e intrapessoais, contribuindo para que o aluno construa gradualmente os seus conhecimentos, pelos processos de avanços e recuos inerentes ao seu próprio ritmo, evoluindo a cada passo. Assim o AEE é

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento, visando ao acesso e à participação no processo de escolarização em escolas comuns, atender o aluno com deficiências no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala comum, produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno. (SARTORETTO, 2010, p 2).

Como afirma Sartoreto (2010) o AEE é a etapa que está dentro de todas as demais, porém com uma função social enorme em trabalhar para que o aluno com deficiência possa vencer barreiras que o limita na sua vida escolar.

Em Sapé há um engajamento para atender a demanda expressada pelos professores que estão 4 horas por dia com o aluno, todos os dias da semana. No início do ano letivo a secretaria de educação Municipal solicita um levantamento dos alunos com deficiência matriculados nas instituições, indicando a deficiência apresentada e série a qual está matriculado no corrente ano letivo, solicita também em nome da coordenação de Educação Especial que os professores preencham um ficha de encaminhamento em que registre as dificuldades e características apresentadas

durante a aula relacionadas a aprendizagem e socialização de seu aluno deficiente, este encaminhamento é destinado para o professor(a) do AEE de seu polo de apoio.

O objetivo é compreender o que de mais agravante o professor do ensino regular sente em relação a trabalhar com o aluno e diante desse fator o professor do AEE, elabora um plano de trabalho que atenda as necessidades apontadas e também que o mesmo perceba.

O professor do AEE ao receber os encaminhamentos preenchidos pelos professores do ensino comum faz um estudo, entra em contato com os pais para preencher a anamnese acerca de cotidiano familiar e também atendimento multidisciplinar (médicos, fonoaudiólogos, FUNAD, CAPSi etc.), seguindo os protocolos marca-se reunião com todos os pais para mostrar a proposta de trabalho do corrente ano. A dinâmica de trabalho ocorre em organizar os alunos de acordo com as necessidades relatadas pelos pais e professor em que dependendo do caso há agrupamentos de até 5 alunos e há outros casos que a necessidade é individualizada mediante isso a função do professor do AEE é a de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Aceitar trabalhar em uma Sala de Recursos Multifuncionais é deparar-se com a inovação.

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades. (MANTOAN, 2003, p.81).

Realmente a inovação, a criatividade e empatia precisam estarem juntas em todos os momentos, principalmente quando você é professora da Educação Especial, pois lida com pessoas que em seu histórico de vida carregam enormes dificuldades desde sua estrutura familiar como também social, é impossível não destacar a inclusão como algo que muito tem tido avanços em todos os contextos, muitas batalhas vencidas, mais também inúmeras barreiras ainda a serem superadas, recentemente em 2015 foi publicada a Lei 13.146 Lei Brasileira de Inclusão documento que traz justamente abordagem e segurança em efeito de lei especificando a sua plena efetivação sem mais ou menos, forma de reafirmar ainda mais o que os demais documentos norteadores traziam. Esta lei engloba diversos aspectos que envolvem desde as de vida cotidiana das pessoas com deficiência como

sobre os mais variados direitos, tais quais: acessibilidade e educação reforçando direitos que já existiam em outras leis com: Constituição Federal, LDB, ECA, etc. (BRASIL, 2015).

Através das experiências inovadoras e dos desafios que se apresentaram no decorrer do percurso de minha prática pedagógica, observo quão grande importância de realizar um trabalho de cunho claro, dinâmico e planejado de modo a contribuir para obter uma educação especial de qualidade a partir de um atendimento especializado.

Desenvolver um bom trabalho requer muita empatia, paciência e perseverança, pois cada aluno é único independente de ter a mesma deficiência descrita em laudo médico com mesmo Cid (Classificação Internacional de Doença) mais suas ações e reações se difere, seu processo de ensino e aprendizagem é diferente, as habilidades em muitos dos casos se distancia bastante um do outro e ai é pontual a destreza e o conhecimento que o professor precisa ter para conduzir uma proposta de trabalho a que longo, médio ou curto prazo terá resultados positivos. No caso do aluno com Deficiência Intelectual suas acentuadas dificuldades se dar no processo de aquisição da leitura, escrita, memória e raciocínio matemático para isso é elaborado um plano individual para cada um que apresenta esta deficiência, fazendo uso de uma dinâmica pedagógica lúdica e com recurso concreto para facilitar e mediar o processo de aquisição do conhecimento; Alunos com Deficiência Auditiva precisam de atividades que expresse sua comunicação através da Língua Brasileira de Comunicação assim com um adaptação de atividades e recursos que tragam explicitas a Libras, que de fato é sua língua materna de modo a sempre aprimora-la; Os alunos com Paralisia Cerebral (classificamos com D.Física) precisa de um trabalho que estimule a coordenação motora fina/ampla e viso-motora, memória, linguagem e dentre outras que se percebe e que estejam de acordo com as atribuições do AEE; O Autismo é um das deficiência que no ambiente escolar vai precisar de muitas adaptações como por exemplo comunicativa e social, se elabora pranchas para comunicação alternativa com AVDs (atividade de vida diárias), atividade para a coordenação motora, memória, estímulos sonoros, escrita, leitura, etc. Todas as situações vai depender de cada caso de autista seguindo do nível mais leve ao severo; no que diz respeito ao Deficiente Visual as atividades se focam no ensino do Sistema Braille mais também em trabalhos de estímulos aos demais sentidos e a sua autonomia de mobilidade no ambiente escolar.

O aprender com Paulo Freire (1987) afirma é aprende com as diferenças, no AEE procuramos sempre dar o melhor para que o aluno possa ter uma aprendizagem qualitativa de maneira a aflorar no seu contexto diário e no ensino regular, a aprendizagem dentro da sua maneira, pois cada um tem seu jeito de codificar as informações dadas. É dever do professor especialista fazer m estudo de caso para melhor entender as peculiaridades e assim elabora o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) que atendar as necessidades que o aluno com deficiência apresenta. Diante ao trabalho desenvolvido é perceptível a evolução que os educandos apresentam em seu aprendizado tanto em aspectos básico de leitura e escrita como também em fatores de socialização e autonomia, é um trabalho minucioso e o efeito acontece em detalhes que transborda na vivencia do mesmo.

Para Figueira (2011, p.47),

A Escola não é algo acabado, estático. Como todo segmento da sociedade, tem que estar em constante transformação, revendo suas ações pedagógicas, adaptando-se aos novos tempos para sempre somar e nunca excluir. Uma Escola realmente plural precisa ser um espaço comum de cidadania, livre exercício político e espaço público de manifestações das diferenças, incorporando todos os valores sem promover hierarquias.

Como Figueira (2011) retrata a Escola deve ser o ambiente que promova uma mudança de paradigmas, se mova em um sentido de propagar e respeitar as diferenças.

5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa de observação e vivência no espaço escolar, um olha direcionado para as contribuições que o Atendimento Educacional Especializado proporciona aos alunos com deficiência no seu desenvolvimento escolar, assim como apontar os desafios que os professores enfrentam diariamente para que ocorra um processo de inclusão colaborativo. Uma pesquisa no âmbito qualitativo não possui direcionamento a dados numéricos ou de esfera quantitativa, e sim, como o próprio nome diz da qualidade da pesquisa no âmbito utilizado, dessa maneira o método utilizado é descritivo e análise de aspectos vistos e vivenciado no cotidiano escolar.

Através da vivencia no AEE, podemos perceber que na sala tem um acervo considerável de materiais, porém muitos desses materiais estão desgastados e não

atende mais as dificuldades apresentadas pelos alunos. Nesse contexto de falta de material didático pedagógico para realizar atividades direcionada a dificuldade apresentada pelo aluno seja auditivo, cego, TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento) intelectual, autista, ou com Altas Habilidades/Superdotação fica sobre responsabilidade e atribuições do professor do AEE planejar, elaborar e confeccionar materiais que objetivem o desenvolvimento diante da necessidade apresentada. Percebeu-se também que não existe uma relação entre o professor do ensino regular e o professor do AEE para discutir as dificuldades dos alunos de forma que possa melhorar quantitativamente a aprendizagem dos educandos.

Por meio desse trabalho podemos enfatizar ação dinâmica que ocorre no AEE, pois é desenvolvido atividades diversificadas com intuito de garantir da melhor maneira possível a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos, mais que também há falta de compromisso de algumas famílias para como o trabalho realizado, e em alguns caso excepcionais se dar por causa do pensamento em recebimento do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e diante desse fator se omitem em levar o aluno para as aulas como medo do filho avançar nos campos cognitivos e perder o benefício, por isso em alguns caso o professor do AEE retira o aluno da sala regular para poder aplicar seu trabalho para com o mesmo, pois há uma grande parcela de pais que não leva no turno oposto. Outro fator importante é a falta de formação continuada dos docentes voltadas para a área da educação especial existe essa carência, a ausência de um planejamento articulado entre a profissional do AEE, professores do ensino regular e equipe multidisciplinar é algo bastante questionado.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de escolarização da pessoa com deficiência é assegurado nos documentos oficiais que norteia o ensino em todas as esferas a Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB) adiciona um capítulo completo que garante a integração e a permanência dos alunos com deficiência no sistema de ensino, posicionando-se como modalidade íntegra ou perpassando pelas diversas modalidades educacionais (BRASIL, 1996). No artigo 59 são garantidos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996). Com isso, o ensino desenvolvido no AEE não é algo distante ou impossível de ser feito para que possibilite a aprendizagem do

educando com deficiência no ensino comum o que requer é a adequação e mediação exata para o desenvolvimento acontecer, pois a parceria entre Família-escola-professor do AEE são fundamentais para que ocorram mudanças de paradigma nesse contexto escolar e social.

O autor traz ótima colocação, “a noção da escola é um espaço educativo aberto, diversificado e individualizado, em que cada criança possa encontrar respostas a sua individualidade, à sua diferença” (CORREIA, 1999, p. 19).

Correia (1999) retrata bem sobre o que escola enquanto formadora precisa ser e com isso também traz implícito a essência do trabalho que o professor do AEE realiza para ser a diferença e propor mudança de pensamentos propício para a rotina inclusiva e a aprendizagem de acordo com a individualidade apresentada pela pessoa e peculiaridade da deficiência, pois o trabalho precisa ser de continuidade na sala comum e sala de AEE unificando-se para o pleno desenvolvimento do aluno.

O ensino que desenvolvemos na sala de Recurso Multifuncional é iniciado com o levantamento de informações sobre o aluno o que oficialmente chamamos de anamnese e por meio disso conhecemos um pouco sobre o aluno/filho, recebemos um breve encaminhamento dos professores da sala comum onde há alguns relatos acerca do seu comportamento, aprendizagem, coordenação motora e socialização no ambiente escolar junto a esse documento recebido conversamos com os pais para apurar mais informações, anotamos detalhes que vão desde o nascimento até os dias atuais, uma conversa franca em que pedimos mais detalhes da rotina dentro e fora da escola, sobre acompanhamento médico dentre outros pontos essenciais para entender sobre o filho/aluno. Após esse diálogo iniciamos com o aluno e esse nos possibilitar uma análise de tudo que ouvimos e lemos, constatar de fato se realmente há coerência, e como isso parte-se para a elaboração do plano individual de cada um. Usa-se também como documento específicos da sala uma caderneta individual com intuito de manter organizado matrícula, termo de compromisso para a oferta do atendimento, plano individualizado, progresso e dificuldades apresentadas na realização das atividades, avaliação, tudo isso acompanhado por bimestre e pontuando em frequência, ausência, justificativa e com esse documento possibilita melhor acompanhamento individual do aluno.

Os métodos que se aplica nos atendimentos são bem diversificados, pois o público também é bem diversificado, são alunos cegos e com baixa visão que necessita de aprender Braille e também de fontes ampliadas, os surdos que precisam

de atividades e práticas em Libras, o deficiente intelectual que precisa de estímulos cognitivos, os autistas que precisam de uma elaboração de rotina, socialização e também estímulos orais, o físico com comprometimento motor. Cada caso requer um olhar único e criação de estratégias que abordem suas peculiaridades e diante disso nós professores pensamos, planejamos, elaboramos, pesquisamos os mais diversos recursos que auxiliem no bom desenvolvimento dos nossos educandos seja através dos jogos, atividades orais/escritas ou outros o que precisa-se compreender e pôr em prática é a importância de ser um professor eternamente curioso e pesquisador sem comodismo. A ludicidade é colocada em prática, porém não de modo a fantasiar demais as situações e sim através de jogos e brincadeiras com significados e planejamentos coerente para a necessidade que o aluno apresenta.

A ludicidade não pode de forma alguma levar o aluno a viver no mundo imaginário e sim ser instrumento facilitador para a aprendizagem como por exemplo os jogos são ferramentas que deve ser aplicada como meio de preparação do indivíduo para a vida real, onde os participantes precisam se esforçar para alcançar o objetivo de cumprir a tarefa proposta.

6.1 Recursos lúdicos utilizado no Atendimento Educacional Especializado

Referente ao trabalho foi possível perceber que o ensino ministrado no AEE e na Sala Regular precisam se aproximar diariamente para que aconteça o pleno desenvolvimento e aprendizado do educando e nessa perspectiva se chegue a almejada inclusão e as adequações de ferramentas escolares que necessita para o desempenho acadêmico do aluno.

Percebe-se, então, que a partir do momento que o aluno tem a vivência no Atendimento Educacional Especializado, o mesmo conseguirá superar diversas barreiras impostas pela sociedade, tanto nos preconceitos, quanto em situações da vida diária e escolar. Assim, faz enaltecer o papel fundamental da escola no processo de inclusão educacional do ensino e aprendizagem.

Fotos que exemplificam um pouco do que se desenvolve de atividades respeitando cada especificidade.

Foto 1 – Atividade de leitura e escrita



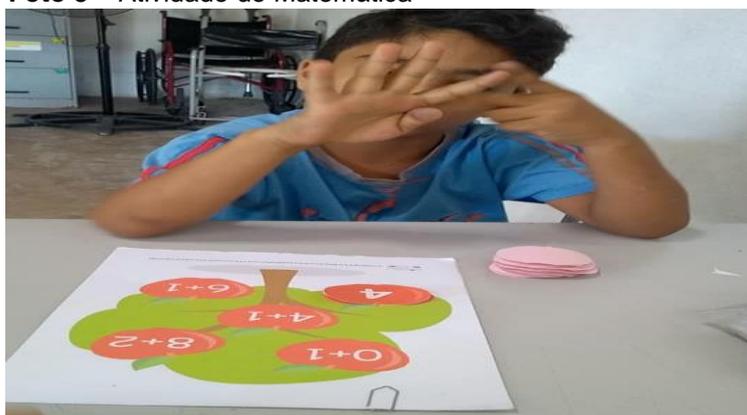
Fonte: Ana Paula Silva de Souza, 2019

Foto 2 – Atividade com as vogais em Libras



Fonte: Ana Paula Silva de Souza, 2019

Foto 3 – Atividade de Matemática



Fonte: Ana Paula Silva de Souza, 2019

Foto 4 – Escrita de palavras em Braille



Fonte: Ana Paula Silva de Souza, 2019

Foto 5 – Atividade em dupla com proposta de exploração oral



Fonte: Ana Paula Silva de Souza, 2019

Diante do que foi exposto podemos constatar que o professor da sala AEE contribui de forma significativa com a integração, inclusão e aprendizagem dos alunos com deficiência, quando o seu principal objetivo é o processo de aprendizagem do ser humano. Por tudo que aqui foi exposto, entendemos que a prática pedagógica de forma inclusiva precisa ser mais unificada, repensada e flexível para que realmente ocorra um trabalho mais unificado e que elimine barreiras arquitetônicas, mais também social, levando em conta que cada ser humano tem um estilo de aprender diferente, isto é, somos seres heterogêneos e estamos diretamente ligados ao meio em que vivemos como também a comunidade a que pertencemos.

7 CONCLUSÃO

Através dessa pesquisa, podemos conhecer sobre as contribuições do trabalho do Atendimento Educacional Especializado para o aprendizado dos alunos deficientes na rede pública de ensino da cidade de Sapé, apontando como se direcionam as atividades pedagógicas de modo a ajudar no processo de escolarização dos alunos com deficiência na Sala de Ensino Regular.

Sendo que é necessária uma formação continuada para os professores, podendo contribuir de maneira positiva e significativa na relação e aproximação com o profissional do AEE. Por meio de observação e vivência podemos constatar que a sala do AEE mesmo tendo alguns recursos eles não são suficientes, levando em consideração cada deficiência, que o diálogo e planejamento professor Especialista e as professoras do Ensino Regular não ocorre com deveria acontecer de maneira a desenvolver metodologias mais adequadas às particularidades dos alunos. Quanto à estrutura da escola, a mesma possui características de acessibilidade, pois possui rampa e corrimão, para o público que frequenta, porém necessita de uma equipe multidisciplinar que atenda as necessidades existentes no âmbito.

Enfim, podemos concluir que o ensino da Pessoa com Deficiência não acontece apenas colocando o aluno dentro da escola, ou seja, é necessário que aconteça todo um trabalho em equipe de maneira que ele seja recebido com respeito e sensibilização de causa, e o trabalho seja executado abordando suas peculiaridades para tanto é importante a presença da sala de AEE que apresente um trabalho diferenciado para realmente surtir os resultados esperados. Em outras palavras, é no ambiente da sala de AEE que vai ser trabalhado todas as dificuldades dos alunos deficientes e terá o objetivo de fazer com que aconteçam mudanças positivas durante o processo de aprendizagem na escolarização desses aprendentes.

REFERÊNCIAS

BAIA, Ineide Ferreira. **O atendimento educacional especializado e as práticas educativas na perspectiva da inclusão na Escola Maria Rafols de Breves-PA.** Especialização em educação especial e inclusiva, 2015. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-atendimento-educacional-especializado-as-praticas-educativas-na-perspectiva-da-inclusao.htm%2024/03/2019%20as%20:20> Acesso em: 25 fev.2019.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado**. Deficiência Mental. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Decreto** nº 6571. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto** nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. **Resolução** CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

EDUCAÇÃO ESPECIAL. Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. 2012. Disponível em: <https://especialdeadamantina.wordpress.com/2012/11/12/implantacao-das-salas-de-recursos-multifuncionais/> Acesso em: 25 fev.2019.

FIGUEIRA, E. A educação Inclusiva é o grande desafio do século XXI. *In: Jornal O Globo*. Caderno de Educação, Rio de Janeiro, em 24/06//2011. Disponível em: <http://emiliofigueira.com/wp-content/uploads/2018/01/EMILIO-FIGUEIRA-ENTREVISTAS-E-ARTIGOS.pdf> Acesso em: 30 mar. 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIMA, Ananeri Vieira de; CARNEIRO, Ana Paula Lima. A importância da sala de atendimento educacional especializado – AEE. **[Anais]**. II CINTEDI Congresso Internacional de educação inclusiva 16 a 18 de nov. 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA6_ID4216_23102016232252.pdf Acesso em: 05 abr.2019.

MACEDO, Francisca Hilderlene Gonçalves de Oliveira. **Contribuições do AEE no desenvolvimento escolar de três alunos NEE do ensino fundamental I, em uma escola municipal em Porto Nacional – TO**. 2016. 47 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Porto Nacional-TO, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/15723> Acesso em: 01 maio 2019.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Todas as crianças são bem-vindas à escola**. Universidade Estadual de Campinas / Unicamp Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - LEPED/ FE/ Unicamp 1999. 2003.

NUNES, Anna Paula de Paiva; FREITAS, Polianny Ágne de. A importância e o papel do atendimento educacional especializado (AEE) e do auxiliar na educação de crianças com deficiência. **[Anais]** II Seminário Potiguar. Disponível em:

[http://www.uern.br/controldepaginas/edicao-atual-arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_\(polianny_e_anna_paula\).pdf](http://www.uern.br/controldepaginas/edicao-atual-arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_(polianny_e_anna_paula).pdf)
f Acesso em: 05 abr. 2019.

RIBEIRO, Maria Luísa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 56, 2003.

SANTOS, Euzimar Gregório dos. **Educar na adversidade**. João Pessoa: Libellus, 2017. 224 p.

SANTOS, Layla do Carmo Cruz dos. **A Sala de Recursos Multifuncionais e seu papel na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação da UFRJ, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2190/1/LCCSantos.pdf>
Acesso em: 23 mar. 2019.